

Vozes das Comunidades

Um jornal feito
pelas comunidades
a serviço das
comunidades

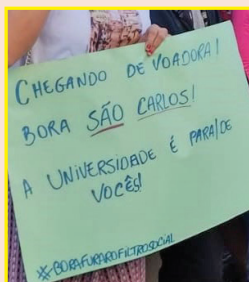
Setembro de 2023
Ano XIX - Nº 17



Vinicius Ribeiro/Fotoguerrilha

A UBERIZAÇÃO DO TRABALHO

Informalidade, precariedade e ausência de direitos P. 6 E 7



PÁGINA 4 E 5

EDUCAÇÃO

O analfabetismo brasileiro e a luta por uma educação para todos



PÁGINA 10 E 11

MEIO AMBIENTE

Entre descaso e racismo, projeto de horta urbana estimula alimentação saudável

EDITORIAL

Oswaldo Lopes



Integrantes da turma de 2023 e equipe da redação do Jornal Fala Roça na na aula de Técnicas de Jornalismo na Rocinha

O jornal **Vozes das Comunidades** nasceu no ano de 2004, fruto da necessidade dos alunos de Comunicação Popular do **Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC)** escreverem matérias sob uma perspectiva pouco discutida pela grande mídia.

Os alunos formados pelo NPC, com o apoio dos professores e coordenadores do curso, discutem temas importantes na sociedade e se organizam para escrever e desenvolver reportagens que tratam de assuntos do nosso cotidiano.

Neste ano de 2023, a capa chama atenção para uma questão central no mundo de hoje: a precarização do trabalho. No Rio de Janeiro, o crescente número de trabalhadores ambulantes, situação agravada pela pandemia da COVID-19, expôs ainda mais a precarização dos direitos, a violência estatal e a falta

de estrutura para atender as necessidades de quem depende das ruas para se sustentar. A edição traz também matérias sobre segurança na internet, história, política, transporte, educação, meio ambiente, saúde mental.

Encontro com o Grito

Todo ano a nova edição do Jornal Vozes das Comunidades é lançada durante o ato do Grito dos Excluídos do Rio de Janeiro, no dia 7 de setembro. Este ato tem como objetivo levar às ruas gritos por direitos de grupos e povos tradicionalmente silenciados e invisibilizados. Nossas vozes são parte destes gritos.

Este jornal é uma união de forças de quem acredita que a comunicação pode ser feita de forma justa e honesta com quem lê. Uma comunicação feita pelo povo e para o povo.

Boa leitura!

MEMÓRIA

POSSO ME IDENTIFICAR?

Em 2023, a Chacina do Borel completou 20 anos. Em 16 de abril de 2003, Carlos Alberto da Silva Ferreira, Carlos Magno de Oliveira Nascimento, Everson Gonçalves Silote e Thiago da Costa Correia da Silva foram assassinados por policiais militares na favela da zona norte do Rio de Janeiro. Os quatro jovens não tiveram tempo de se identificar. A foto é de 2013, quando pais e parentes de vítimas da violência estatal, moradores e apoiadores da luta contra violação dos direitos humanos participaram de uma manifestação que lembrou os 10 anos da Chacina.

Henrique Zizo



Vozes das Comunidades

JORNAL LABORATÓRIO DO CURSO VITO GIANNOTTI DE COMUNICAÇÃO POPULAR

R. Alcindo Guanabara, 17, sl. 912 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Site: nucleopiratininga.org.br
Contatos: npiratininga@piratininga.org.br
Tel.: (21) 99628-3667

Coordenação: Aneci Palheta, Claudia Santiago e Luisa Souto
Jornalista responsável: Claudia Santiago (MTB 14915)
Diagramação: Carlos D Medeiros

Professores: Adriana Medeiros | Arthur William | Carol Vaz | Carlos D Medeiros | Clara Polycarpo | Claudia Santiago | Cristina Pedroza | Giulia De Vito | Gizele Martins | Jefferson Barbosa | Luisa Souto | Michel Silva | Norma Miranda | Patricia Batista | Sheila Jacob | Tatiana Lima | Thiago Ferreira | Victor Barreto

Agradecimentos: Sinpro-Rio | Ocupação Manoel Congo e Tuia Café Cultural | Dicionário de Favelas Marielle Franco | Armazém da Utopia | Jornal Fala Roça | Sisejufe | Sepe | Lidiane Mosry

Equipe - Turma 2023: Aline Aparecida Martins de Araujo | Caio Bellandi | Danielle Nunes Rosa de Oliveira | Daniele Maia | Flavia de O. M. Olaz | Jessica Lene | José Ivo De Medeiros Moraes | Joseilton Soares Mendes | Joyce Rocha da Silva | Julia Couto | Leonara Santiago Moura | Lilian Luiz Barbosa | Lorena Nascimento | Maria de Lourdes do Carmo | Natália Barcelos | Nathan de Assis Sacramento | Priscila de Assis Silva | Rafaela Oliveira Vieira da Silva | Raquel Miranda Machado Braga | Simone Laur | Thaís Lisboa Soares | Vinicius do Nascimento Ribeiro | Yago de Oliveira Monteiro | Yanny Chrystyan da Silva Alves



Esta publicação foi realizada pelo Núcleo Piratininga de Comunicação com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo através de fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha (BMZ)

NPC
Núcleo Piratininga
de Comunicação

MEMÓRIAS DO RIO

PEQUENA ÁFRICA

Existência e resistência pelas ruas do Centro do Rio

Aula do Curso de Comunicação Popular traz reflexões sobre passado e presente

Caio Bellandi

Da colonização à especulação imobiliária, a região central do Rio conta histórias cruéis mas nos ensina a resistir.

Andar pelas ruas do Centro e da Região Portuária do Rio de Janeiro é se deparar com o passado e o presente. E achar os elos entre o tempo pretérito e o atual.

Ali, onde o Rio começou a se expandir e se formar como metrópole há muitas décadas é possível sentir os efeitos da exploração e da colonização, com ênfase na cruel escravidão, tão presentes em nosso passado.

Também ali é fácil perceber os problemas do capitalismo

periférico da atualidade, onde a escravidão, formalmente, deu lugar à especulação imobiliária e à crise de moradia.

Não me passa despercebido saber que naquela região, denominada de Pequena África, chegaram meus antepassados. Desperta dor e revolta, mas também curiosidade e orgulho, nas mesmas medidas.

Se foi ali um dos principais portos de entrada das mulheres e homens negros que foram trazidos ao Brasil para doar seus suores, seus sangues e suas vidas em troca da escravidão, também foi - e é - ali que os sobreviventes e resistentes do açoite passaram para frente a cultura africana na cidade e no país.

Me deixa feliz, apesar de tudo, que naquele território, onde terreiros juntavam o chamado sagrado das religiões com o dito profano do canto e da dança para perpetuar a arte negra, do candomblé ao samba. É o legado que conseguiram me passar e tento levar adiante.

Encontro com seus irmãos

A caminhada foi fundamental não apenas para aprofundar meu conhecimento formal sobre a História e a Geografia do Rio de Janeiro, mas também por dividir com minhas irmãs e meus irmãos de cor nossas experiências e nossos sentimentos, tão particulares quanto deveriam ser enquanto descendentes que somos dos



Vinicius Ribeiro/Fotoguerrilha

Turma do NPC estuda a Pequena África

que ali chegaram, e viveram, e sobreviveram, e morreram.

O maior motivo pelo qual escolhi iniciar este Curso de Comunicação Popular foi a possibilidade de ver, sentir, ouvir e trocar com os meus. Outra importante motivação foi a aula sobre a Pequena África, a mais

falada e conhecida do curso.

Por isso, estou certo que a tarde deste último sábado já está entre os principais momentos da minha formação profissional como jornalista. E, principalmente, da minha formação humana, como homem negro.

SAÚDE MENTAL

SOFRIMENTO MENTAL

Adoecimento em crianças e adolescentes nas favelas

Pesquisa mostra que nas favelas se sofre 4 vezes mais de ansiedade do que fora delas

Lilian Barbosa e Thais Lisboa

Favela são territórios com moradias precárias, sem tratamento de esgoto e água, com poucos serviços públicos. No Rio de Janeiro, 23% da população mora em favelas, exposta a diversos riscos e formas de violência. Os moradores são vulnerabilizados social e racialmente, embora a favela seja símbolo de resistência e cultura.

A ONG Gerando Falcões identificou que os moradores de

favelas adoecem 4 vezes mais de ansiedade do que brasileiros que residem fora delas. A ansiedade chega a atingir 36% da população favelada. Os motivos de transtornos mentais são muitos. Estudo internacional realizado em parceria com a ONG Redes da Maré ouviu quase 1500 moradores do Complexo de Favelas da Maré. O cotidiano violento foi um dos principais motivos identificados de so-

frimento mental. 63% das pessoas entrevistadas afirmaram ter medo de serem atingidas por um tiro onde moram. Mais de 1000 pessoas disseram ter pavor de alguém próximo ser atingido.

Crianças e adolescentes que vivem nesses territórios estão expostas a constantes riscos que podem levar ao desenvolvimento de transtornos mentais. Segundo a Organização Mundial da Saúde, em 2022, 1 a cada 7 crianças e adolescentes, entre 10 e 19 anos, vivem com algum transtorno mental, porém nem todos foram diagnosticados.

Operações policiais são formas de violências psicológica, física, patrimonial e moral. Chacinas do Jacarezinho e Complexo da Penha, ano passado,

e as várias operações policiais deste ano mataram crianças e adolescentes em favelas. Esse é um retrato do extermínio da juventude negra, criminalização das famílias e existência dos racismos institucional e estrutural.

Thiago Flausino, de 13 anos, Wendel Eduardo, de 17 anos, e Eloáh Passos, de 5 anos, foram vítimas da política de morte direcionada aos moradores de favelas e periferias. Quando se é criança ou adolescente negro e favelado, o medo é um sentimento constante.

Procure ajuda

Setembro ficou conhecido como o mês de prevenção ao suicídio. Alguns serviços po-

dem ser utilizados pela população, como os Centros de Atenção Psicossocial Adulto (CAPS), Infanto-Juvenil (CAP-Si) e os voltados para quem faz uso abusivo de álcool e outras drogas (CAPS AD). As Clínicas da Família e o Centro de Valorização da Vida (CVV) também contam com equipes para acolhimento de pessoas que estão adoecidas mentalmente.

O Sistema Único de Saúde (SUS) tem acesso gratuito e integral, embora alguns dos serviços sofram com falta de investimento e profissionais. Os serviços psicossociais podem ser acessados através das Clínicas da Família, Centros de Saúde e pela ida diretamente até as unidades.

EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO É DIREITO

Analfabetismo e negação de direitos no Brasil

Aproximadamente 9,6 milhões de brasileiros com mais de 15 anos não sabem ler e escrever

Lilian Barbosa e Rafaela Oliveira

Neste 8 de agosto de 2023, comemoramos os 57 anos do Dia Internacional da Alfabetização, data criada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) com o objetivo de incentivar o acesso à escola e à alfabetização.

É considerada analfabeta, uma pessoa que não sabe ler e escrever. E analfabeto funcional os cidadãos que têm 15 anos ou mais e tiveram menos de cinco anos de escolaridade.

No Brasil, ainda enfrentamos o problema do analfabetismo, apesar de haver uma queda no índice nos últimos anos. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), em 2019, a taxa de analfabetismo no país era de 6,1% e houve uma queda, em 2022, para 5,6%. Isso significa que temos aproximadamente 9,6 milhões de brasileiros com mais de 15 anos que não sabem ler e escrever. Os dados da pesquisa também informam que 59,9% apenas 2,9% no sudeste do país.

Os estados onde há as maiores taxas de analfabetos são o Piauí, com 14,8%, Alagoas, 14,4%, e Paraíba, 13,6%. Enquanto as menores taxas são o Distrito Federal, com 1,9%, Rio de Janeiro e São Paulo com 2,1%.

Um país desigual

O Brasil é marcado pela desigualdade social, territorial, de sexo, raça e etnia. Entre as pessoas pretas e pardas com 15 anos ou mais, 7,4% são analfabetas. Isso corresponde a duas vezes a taxa entre as pessoas brancas, 3,4%. No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa entre os brancos foi de 9,3%, enquanto entre pretos ou pardos ela chegava a 23,3% (ver gráfico 1).

Os cidadãos mais atingidos pela falta de acesso à política de educação, também têm dificuldade acessar sites e aplicativos tais como Gov.br, Meu INSS, CADRIO e outros.

O pesquisador do IBASE, Tauan Satyro, ajudou no Projeto Cidadania Ativa e Acesso à Justiça (CAAJ) e analisou

demandas de acesso a políticas públicas de saúde, transporte, saneamento básico e educação em favelas do Complexo do Borel em 2022. Segundo o pesquisador, que comparou dados do IBGE de 2010 com os pesquisados no território, a Chácara do Céu tinha 10,9 % de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais, ficando na frente da Indiana com 9,5%, do Borel, com 5,9 %, e da Casa Branca, 4,6%. Logo, no Complexo do Borel encontrava-se 6,6% de analfabetismo e o Rio de Janeiro com 2,9%.

Ao pensar no acesso ao direito, o território da Chácara do Céu precisa de espaços de educação desde a creche ao ensino médio. O gráfico mostra que 14% das pessoas dali nunca estudaram.

**ENTRE AS PESSOAS
PRETAS E PARDAS
COM 15 ANOS OU
MAIS, 7,4% SÃO
ANALFABETAS. ISSO
CORRESPONDE A
DUAS VEZES A TAXA
ENTRE AS PESSOAS
BRANCAS, 3,4%.**

Associação Roda Viva leva ajuda ao topo do morro

Ao falar de analfabetismo, estamos falando sobre pessoas que não estão tendo seus direitos básicos respeitados na sociedade, seja na saúde, trabalho, acesso à cultura e educação. Na era da informação e redes sociais, é grande o desafio de inclusão digital.

A pandemia de Covid-19 mostrou que a ausência de escolaridade aprofundou a desigualdade social e racial, aumentando a evasão escolar, fome, desemprego, morte e a falta de acesso aos direitos básicos.

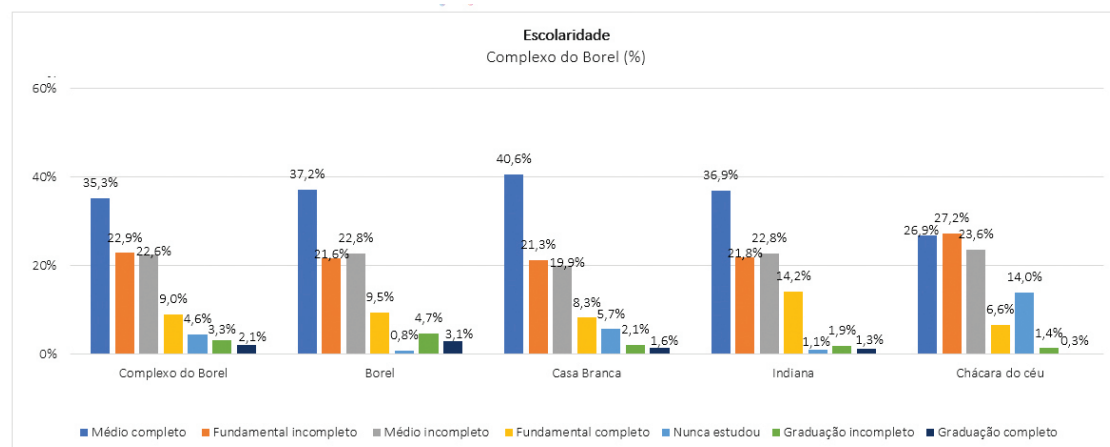
A Associação Cultural Projeto Roda Viva, que atua desde 1986 na Chácara do Céu, no Complexo do Borel, atende majoritariamente crianças e adolescentes que se encontram em vulnerabilidade social. De acordo com observações do projeto, a maior parte dos seus responsáveis não tiveram acesso à educação. O local é marcado pela falta de acesso a políticas e direitos sociais.

A única creche da Chácara do Céu foi fechada por causa de uma denúncia realizada em 2015. A comunidade conta com o Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI), a Associação Projeto Roda Viva, mas não tem ensino fundamental e médio. Para estudar e cursar outras séries, as crianças e os jovens precisam descer para as redondezas da região da Tijuca.

O Projeto Roda Viva oferece cursos livres, dentre eles de informática. Neste caso, os principais interessados são os idosos sem escolarização. Eles querem aprender a usar o computador e redes sociais, como o WhatsApp. O projeto divulga as vagas para crianças e adolescentes, além de cursos livres e EJA, no Instagram @associacaoprojetorodaviva e no site rodaviva.org.br.

Ao pensar na educação para a emancipação, deve-se considerar diversos elementos tais como acesso à saúde, vida, e tantos outros. O racismo estrutural pode ser um marcador para tamanha violação, que se manifesta de diversas formas. Territórios, raça e etnia, idades, culturas são elementos que podem determinar acesso ou não aos direitos elementares, a maioria historicamente são violados. As pessoas são postas a sobreviver nesta sociedade de superexploração, em que educação não é direito e sim mercadoria. É preciso mais para erradicar décadas de desigualdade.

**POR UMA EDUCAÇÃO
EMANCIPADORA EM PROL E
PARA OS TRABALHADORES**



Fonte: Pesquisa Cidadania Ativa e Acesso à Justiça, Cidadania Percebida, 2022

EDUCAÇÃO

TRANSPORTE PÚBLICO

Alunos de projeto da Fiocruz visitam o centro do Rio

Favelados de Manguinhos ocupam o Museu do Amanhã

Na primeira terça-feira da semana de agosto, nós, moradores de Manguinhos, favela localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro, visitamos o Museu do Amanhã pela primeira vez

Jéssica Lene

O Museu do Amanhã faz parte das obras realizadas para construção do Porto Maravilha, durante as Olimpíadas de 2016. Hoje, quase oito anos depois, poucos são os pobres que frequentam o espaço.

O Programa de Inclusão Digital (PID) coordenado por Carlos Alberto, Íris e Janine no qual estou como professora, que funciona no Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria (CSEGSF), um departamento ligado à Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fiocruz, resolveu levar seus alunos para uma visita à exposição "Celular 50".

O fato causou um impacto positivo nas redes sociais, na comunidade e até no jornal local.

Nesse dia, pudemos visitar o passado e experimentar o pouco do futuro. Vimos as transformações por que passaram os aparelhos celulares. Hoje, os celulares são pequenos computadores que carregamos nas mãos. Mas nós, trabalhadores, temos muita dificuldade de comprá-los. Custam muito caro.



Danilo Viera

AS OFICINAS

As oficinas de informática para Adolescentes, Jovens e Adultos da comunidade, promovem a inserção no universo da tecnologia. As aulas que são ministradas por mim se tornaram um espaço de acolhimento e resgate da memória.

Nelas orientamos como se faz uma transação bancária via PIX e até mesmo a escrever uma mensagem. Os mais idosos têm dificuldades com a Internet. Nós acreditamos que a alfabetização digital é um tema

muito importante e que gera impacto diretamente na vida das pessoas.

Conheça nosso projeto! Acompanhem-nos nas redes sociais!

O @quilombo_moderno traz atualizações frequentes sobre as novidades que acontecem nas aulas. O educador Paulo Freire nos ensina que a educação não muda o mundo, mas muda pessoas e pessoas transformarão o mundo.

“Furando o filtro social, eu grito e não me calo: Prevesti São Carlos!”

Há 5 anos, o coletivo São Carlos Ativo mantém pré-vestibular comunitário

José Ivo Morais

Desde agosto de 2018, no complexo do São Carlos, o coletivo **São Carlos Ativo** desenvolve um trabalho para mostrar que os moradores da favela também têm direito a entrar na faculdade. Para o coletivo, não importa a idade. Você pode ganhar o mundo, aumentar sua consciência sobre a realidade, entrar para uma universidade e ter o acesso ao conhecimento que a estrutura de Estado nega ao povo periférico em sua grande maioria negra e nordestina.

O pré-vestibular é realizado no Centro Cultural Vovó Carlotinha, local que atende cerca de 200 pessoas por semana, entre elas crianças de todas as idades. Há mais de 30 anos alfabetizam e dão reforço escolar para a população do complexo e de outros territórios. O fácil acesso ao local também é fundamental.

Antes, havia outro pré-vestibular no território, na igreja Santo Antônio de Pádua, na Bica do Canto, que fica na favela de São Carlos. Por algum motivo, eles tiveram que interromper suas atividades. O coletivo **São Carlos Ativo** tentou entrar em contato para dar um apoio caso eles voltassem a funcionar, já que não queriam duas atividades com o mesmo objetivo, mas sem retorno decidiram dar andamento ao projeto.

A grande contribuição do coletivo é criar uma ação boa dentro da comunidade, que é marcada por tantas dificuldades. Mostrar para o morador e a moradora que a universidade também é para todos e todas, criando uma consciência crítica da sociedade que vê o periférico somente como força de trabalho. Essa desigualdade dentro do Estado e de instituições privadas é revoltante.

A iniciativa é sustentada por moradores nascidos e criados e que ainda vivem no complexo. O pré se tornou um dos projetos que o coletivo desenvolveu na busca por ações afirmativas e positivas para realizar no âmbito do complexo, já que a intenção não é fazer algo que atenda a poucos e sim a muitos.

Confira a matéria completa no site do Núcleo Piratininga de Comunicação.



VENHA CONSTRUIR E QUEBRAR O FILTRO SOCIAL!

TRABALHO

MÃE, TRABALHADORA E SOZINHA

Maternidade e trabalho informal

A dura realidade das mulheres que não contam com os direitos do estado garantidos em suas vidas nem na hora de terem um filho

Vamos conhecer algumas dessas mulheres?

Maria dos Camelôs

Maria de Lourdes, de 49 anos, sente na pele essa dura realidade. Mãe de quatro filhos (Juliana, de 32 anos; Jean Vitor, de 28; Kauê, de 20; Antônia, de 7), a Maria dos Camelôs, como é conhecida, conta que nunca teve carteira assinada. Em nenhuma das quatro gestações teve direito à licença-maternidade. “A nossa vida é uma vida muito sofrida. A gente se vira para poder trabalhar, levar o sustento pra casa e quando engravida não tem o direito nem à licença-maternidade. Sempre tive que voltar logo ao trabalho, mas na gravidez do Kauê foi ainda mais duro: em uma semana, tive que voltar a trabalhar. Ou era isso ou não tinha como comer, como nos sustentar, pagar as contas, nada”, recorda Maria, dirigente do Movimento Unido dos Camelôs (MUCA).

Aline Aparecida

Aline Aparecida Martins, de 36 anos, é mãe de dois filhos (Arthur, de 16 anos; e Rafaela, de 8). Ela sempre trabalhou na informalidade e assim como Evellyn e como Maria, sua colega de luta no MUCA, nunca teve nenhum direito formal garantido pelo estado para poder curtir com tranquilidade o nascimento dos filhos, o resguardo, o período da amamentação e todas essas etapas deliciosas e apavorantes da maternidade. “Acho um absurdo essa situação. Somos trabalhadoras informais, mas geramos renda, ajudamos a mover a economia do país. Merecemos respeito. É um mínimo, né”.

Evellyn Santos

A diarista Evellyn Santos, de 30 anos, mãe de duas meninas (Maria, de 9 anos, e Mirela, de 7), também nunca teve carteira assinada e nem licença-maternidade: “Pobre tem direito a quê? Só se for direito a sofrer e continuar trabalhando. Minha mãe teve seis filhos e também nunca teve nada disso. Meu sonho é poder construir uma nova história para a vida das minhas filhas. Não quero que elas repitam o mesmo caminho cheio de dificuldade que eu e minha mãe tivemos”, diz Evellyn com a voz emocionada.

Daniele Maia

Quando a mulher tem o sonho de ser mãe, ter um filho é a alegria máxima da vida. Porém, a realidade logo bate à porta e ela se depara com as dificuldades do dia a dia. Afinal, matinar em uma sociedade machista e patriarcal - que impõe toda responsabilidade do cuidado sobre as mães/sobre as mulheres -, é, por vezes, sufocante. E não importa se essa mulher é dona de casa ou se trabalha fora. A solidão e a sobrecarga vão existir de qualquer maneira.

Se essa mulher/essa mãe é uma trabalhadora informal, o

quadro complica ainda mais. Ela tem que se dividir em mil para dar conta de casa, família, filhos e, por estar na informalidade, não tem carteira assinada. Com isso, não conta com os benefícios legais de férias, 13º salário, FGTS, licença-médica e/ou licença-maternidade etc. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, 41,6% dos trabalhadores e trabalhadoras do país eram informais, sendo que as mulheres ocupam mais do que os homens o posto da informalidade.



Vinicius Ribeiro/Fotoguerrilha



Vinicius Ribeiro/Fotoguerrilha

Aline Aparecida e Maria dos Camelôs

TRABALHO

ESCRAVOS DA INFORMALIDADE

Trabalhadores resistem e se organizam contra as novas formas de exploração

O IBGE identificou que, em 2022, o número de pessoas trabalhando informalmente no Brasil chegou a 38,8 milhões

Aline Araújo, Maria dos Camelôs, Thais Lisboa e Vinicius Ribeiro

Empresas de entrega por aplicativo, como Ifood, Uber e Rappi encontraram um solo fértil para se expandirem no Brasil, em meio a tanta informalidade e desemprego. Elas crescem sem levar em consideração os direitos dos trabalhadores. Não há férias, 13º salário, auxílio desemprego, vale-transporte ou aposentadoria.

Trabalhadores por aplicativos fazem entregas pedalando exaustivamente todos os dias. Alguns ganham diárias que não passam de R\$50. Essas pessoas vivem com o medo constante de perder sua fonte de renda quando se acidentam ou ficam doentes.

Camelôs também compartilham desse medo de ficarem sem seus meios de trabalho e fonte de renda. Além das dificuldades de trabalhar na rua, como o não acesso a banheiros, exposição ao sol e a chuva, ao barulho e a poluição constantes, trabalhadores e trabalhadoras do Rio têm medo da



Isabela Nairra/Fotoquerinha

violência da Guarda Municipal e da perseguição por agentes da Secretaria de Ordem Pública da cidade. Vivem todos os dias com a incerteza da possibilidade de trabalhar para garantir dinheiro para alimentação ou para pagar as contas.

Novas formas de ação

Isso nos leva a questionar: Quem são esses trabalhadores informais? Como eles podem lutar por melhores condições de trabalho em um mundo no qual o trabalho envolve insegurança e a comunicação é feita principalmente online?

Trabalhadores informais usam principalmente a internet para se comunicar. Segundo Paulo Roberto Lima, o Galo, entregador de aplicativos em São Paulo (SP), essa realidade faz com que os trabalhadores tenham que procurar diferentes formas de organização:

“A gente não consegue mais parar a produção. [...] Hoje, faz uma greve com 10.000 moto-boys, tem mais 10.000 moto-boys para trabalhar... porque o Brasil é uma fábrica de gente que tá precisando trabalhar. [...] Nós tem que virar o canu-

do de papel do McDonald’s. Qual é o entendimento? Não foi um ambientalista que entrou lá, tacou fogo, que fez o McDonald’s mudar o canudo de plástico para canudo de papel. O ambientalista tomou conta da narrativa, então grudou nos artistas e aí, os artistas começaram a falar: ‘Salve os golfinhos!’, e aí o jogador de futebol começou a ir na onda, começou a surgir político e começou toda uma narrativa, para o McDonald’s falar assim: ‘Se a gente não sai do canudo de plástico para o canudo de papel, nós vai perder esses clientes’. Nós aprendeu, isso tem que bater na imagem dos cara, e os cara também faz isso, eles batem no que nós simboliza.” (entrevista para o documentário **On: Uberização, o que você não vê**)

Lideranças como Galo, em SP, ou Maria dos Camelôs, aqui no Rio de Janeiro, mostram a importância da organização coletiva e a necessidade de pensar a comunicação na sociedade atual. A maior parte desses trabalhadores e trabalhadoras se informam pelas redes sociais e se utilizam delas para se mobilizar e lutar.



Vinicius Ribeiro/Fotoquerinha

Você sabia?

Uberização é o nome dado a um novo jeito de trabalhar no qual as relações são principalmente digitais e não há ligação formal entre o trabalhador e o empregador. O termo vem da empresa Uber e normalmente afeta trabalhadores de empresas de transporte e entrega por aplicativos, mas também tem alcançado outras profissões, como professores, profissionais da cultura, médicos, entre outros.

MUCA: há 20 anos por melhores condições de trabalho para camelôs

Movimento luta por Centros de Referência que abriguem trabalhadores informais

No Rio de Janeiro, as trabalhadoras e os trabalhadores camelôs se organizam em um movimento social desde 2002. Após um grave episódio de violência física e psicológica a uma trabalhadora informal, surgiu o Movimento Unido dos Camelôs (MUCA). A trabalhadora agredida é a coordenadora geral do MUCA, conhecida como Maria dos Camelôs, e relatou em entrevista:

“Eu fui espancada pela Guarda Municipal. Eu estava na rua trabalhando, cheia de pontos. Tinha 15 dias que eu tinha feito uma cesária. Minha cesária abriu. O guarda quebrou o meu nariz. Eu tive que ir para o hospital. Tive problemas de saúde por causa dessa violência que eu sofri.”

O MUCA vem lutando há 20 anos por melhores condições de trabalho para mulheres e homens camelôs no Rio de Janeiro. Reivindicam depósitos regularizados e em boas condições para os camelôs guardarem suas mercadorias, mais banheiros públicos, licenciamento dos trabalhadores e trabalhadoras camelôs em pontos da cidade com circulação de pessoas para que consigam vender e transparência sobre a concessão de licenças, devido a várias denúncias de irregularidades.

Entre as principais pautas do Movimento está a criação de Centros de Referência para Camelôs e Trabalhadores Informais, onde todos podem acessar para se alimentar, colocar o celular para carregar, se abrigar pontualmente do sol e da chuva, realizar atividades que proporcionem bem-estar e se organizarem.

Além disso, o MUCA teve um papel fundamental durante a Pandemia de Covid-19. Recebeu, organizou e distribuiu milhares de cestas básicas para os trabalhadores e trabalhadoras informais que não podiam estar nas ruas, com o objetivo de tentar resguardar suas vidas e a de seus familiares.



Vinicius Ribeiro/Fotoquerinha

POLÍTICA

VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

O Mar Solidário de Marina

Uma onda de solidariedade tomou as redes sociais e as ruas em apoio à Deputada Marina do MST

Pablo Vergara



MULHERES POSSUEM APENAS 90 CADEIRAS DE 513 DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. É PRECISO RESSALTAR QUE SÃO 511 QUE NÃO SÃO PESSOAS TRANS E APENAS 2 SÃO TRANS.

Danielle Nunes Rosa de Oliveira

A primeira deputada Sem Terra da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Marina dos Santos, foi brutalmente atacada por bolsonaristas no mês de agosto, em Lumiar, Nova Friburgo-RJ. A parlamentar teve que sair escoltada pela polícia do local.

O triste episódio antidemocrático viralizou rapidamente e milhares de pessoas se solidarizaram com Marina, inclusive da direita. Ela recebeu apoio tanto nas redes sociais quanto nas ruas, quando esteve presente na Marcha das Margaridas em Brasília. O que aconteceu não deve ser tolerado por ninguém que acredita na democracia.

Um alerta para as eleições do próximo ano

A violência política de gênero vem acontecendo constantemente contra as parlamentares, principalmente de esquerda. Recentemente, o presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL), aceitou o pedido do PL para cassação de 6 deputadas: Talíria Petrone (Psol-RJ), Sâmia Bonfim (Psol-SP), Fernanda Melchiona (Psol-RS), Célia Xakriabá (Psol-MG) e Juliana Cardoso (PT-SP).

É preciso acompanhar as futuras candidatas para que o processo eleitoral de 2024 seja menos pesado, já que fazer campanha é desgastante tanto fisicamente quanto psicologicamente.

A Tenda das Candidatas, uma instituição criada para ajudar mulheres em suas candidaturas, está atuando para que seja cumprida a lei de cotas, que determina que os partidos invistam 30% do fundo eleitoral para a campanha de mulheres.

CPI DO MST

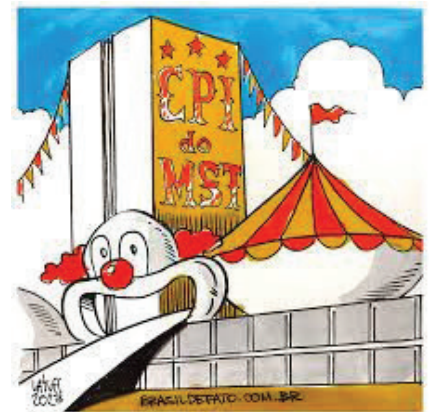
Uma definição e a explicação de seu objetivo: atacar a classe trabalhadora

Nathan Sacramento

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), responsável por organizar e ajudar diversas famílias de trabalhadores rurais a conquistar terras ocupando as que eram consideradas improdutivas, passa hoje por uma das mais perversas agressões: a CPI do MST.

Iniciada no dia 11 de maio deste ano com a premissa de “investigar o real propósito do movimento e de seus financiadores”, a CPI já completa mais de 3 meses com claro objetivo de criminalizar o movimento e desestabilizar o governo.

João Pedro Stédile, um dos líderes do movimento, depois no dia 15 de agosto e mostrou o quanto esta CPI se trata de uma tentativa da extrema direita de intimidar os movimentos sociais do país. De forma calma e paciente, usou seu depoimento como plataforma para contar a história do MST e seu real propósito: a luta pela reforma agrária, para que o trabalhador rural brasileiro tenha terra para viver, plantar e colher comida saudável.



Luisa Souto





POLÍTICA

REFORMA MINISTERIAL

A mudança “necessária” dos Ministros do Governo Lula 3

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Danielle Nunes Rosa de Oliveira e José Ivo Morais

Ufa! Estamos há 8 meses aliviados com a eleição do Presidente Lula. Não consigo imaginar o contrário acontecendo. Os números mostram que o país voltou a caminhar. O carrinho do supermercado vai cada vez mais ficar cheio, vamos poder comprar eletrodomésticos e móveis bons para nossa casa e não ficaremos mais tanto tempo desempregados. Isso não é bom? Lógico que é, mas não pode ser o suficiente.

Alguns jornalistas dão como certa uma troca de ministros. Um nome sugerido para perder o trabalho é o da ex-atleta Ana Moser, que comanda o Ministério dos Esportes. Isso seria uma perda enorme para o país. Ana é uma excelente gestora e tem o objetivo de transformar o Esporte em política pública de Estado, como o SUS, que também está sob ataque da Direita. Querem retirar a ministra Nísia Trindade Lima, uma profissional técnica, da Fiocruz, referência em tecnologia. E como se não bastasse, querem também a retirada da presidenta da Caixa

Econômica Federal, Maria Rita Serano, mostrando que elas vêm fazendo um excelente trabalho e que a maioria dos políticos eleitos são de direita e contra qualquer política de igualdade que beneficie o bem público, que é um patrimônio de todos.

Terceirização do Trabalho e da Vida

Na grande verdade, eles querem acabar com o Estado, querem o fim do concurso público querendo colocar todos para trabalhar em empresas, as famosas O.S, sem CLT, por meio de CNPJ ou Mei. Agora já vemos pessoas da periferia fazendo concurso para trabalhar nessas empresas terceirizadas. E o presidente Lula está deixando passar o desmonte do patrimônio do povo Brasileiro, por isso só a sociedade com consciência crítica para analisar e transformar. Juntos podemos mudar essa realidade que só produz desigualdade e ódio entre o povo periférico!

MUNDO DIGITAL

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Cuidado com teus dados, parceira!

Grandes empresas de tecnologia querem o máximo de informações possíveis, mas lei coloca limites. Veja informações para proteger sua privacidade

Caio Bellandi e Nathan Sacramento

Estamos em um momento onde quase tudo é digital. Mercado? Banco? No aplicativo! A vida tem cada vez mais ficado dentro do celular, principalmente com o crescimento das redes sociais. Já parou para pensar na quantidade de dados que podem estar expostos? Como você pode proteger seus dados mais sensíveis e suas senhas destas redes?

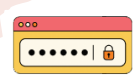
Desde 2018, o Brasil possui uma lei que regulamenta o uso de dados pessoais, a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados). A partir desta lei, foi criada a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), canal que recebe denúncias de descumprimento da LGPD. De acordo com o professor e pesquisador da área da comunicação Arthur William Santos, privacidade é um direito e qualquer violação por parte de uma empresa pode e deve ser denunciada. Mas para que isso seja uma realidade que favoreça as pessoas, a população precisa ser comunicada e ganhar consciência.

Há todo um grande aparato das bigtechs (as megaempresas de tecnologia) em busca dos dados das pessoas. Porém, ainda é possível que

um cidadão comum tome medidas de prevenção com suas informações no mundo digital.

Estado precisa ser mais firme para proteger cidadãos

Para que o direito à privacidade seja cumprido, é necessário que as instituições que fazem cumprir a lei funcionem de maneira efetiva. A LGPD foi aprovada em 2018, mas as punições por violação de direitos só começaram em 2021. Somente neste ano foi publicada a regulamentação das punições e foi dada a primeira multa a uma empresa de tecnologia. Para Arthur William, esse é um bom sinal da mudança de postura das empresas, do Estado Brasileiro e da população. “Na Europa, cuja lei serviu de inspiração para a versão brasileira, a cultura de proteção aos dados já está mais enraizada à população. No Brasil, espera-se que com o tempo, esta não seja apenas uma exigência legal, mas que também haja uma consciência coletiva sobre a importância deste direito”, compara o professor.



Crie senhas fortes: use letras maiúsculas, minúsculas, números e símbolos. Isso

torna difícil para alguém que possa *hackear* ou descobrir em caso de roubo ou furto.



Esqueceu a senha? O email é o mais indicado para se gerar uma nova. Colocar o número de celular facilita golpes caso alguém tenha posse do seu aparelho ou clone o número.



Veja as permissões dos apps: Ao instalar um *app*, ele solicita acessos como câmera, microfone, localização, etc. Analise se o *app* precisa mesmo acessar todos esses dados!



Verificação em duas etapas: proteja seu acesso à um *app*, seja rede social ou não! É um passo a mais para fazer *login* em alguma conta, enviando um código para você confirmar, por sms ou email (prefira, se possível, o email, como explicado na dica anterior).



Ative as proteções: o seu celular já vem com configurações para que alguns de seus dados estejam protegidos. Basta ativar, por exemplo, a verificação em duas etapas.



Apps de gerenciar senhas: é difícil decorar tanta senha! E não é bom usar a mesma senha em tudo, pois se alguém descobrir, lá se vai seu Instagram ou pior: sua conta bancária. Use *apps* que geram senhas fortes e as salve, fazendo com que você não precise mais decorar tudo.



Instale os apps das lojas oficiais: não dê chance para aplicativos maliciosos. Instale apenas os que fazem parte da loja do sistema (Play Store, App Store, etc.).



Cuidado com *apps* conectados na rede social: é normal fazer *login* para usar em *apps* de jogos ou em outras redes sociais. Tenha cuidado ao conectar sua rede em outros sites! Leia sempre os termos de privacidade.

MEIO AMBIENTE

AGROECOLOGIA EM PAUTA

Quase duas mil famílias recebem alimentos sem agrotóxico

Projeto é feito em parceria entre prefeitura e pequenos agricultores

Raquel Miranda e Yago Monteiro

Em Maricá, na Região Metropolitana do Rio, a Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais em Assentamentos de Reforma Agrária (Cooperar), expande a agroecologia e oferece formação sem custos à população.

O projeto das Unidades Agroecológicas conta com espaços de produção de alimentos sem agrotóxicos na Fazenda Pública Joaquín Piñero e no loteamento Manu Manuella, além de colaborar na Praça Agroecológica de Araçatiba. O que é colhido nas unidades é entregue a 14 instituições de interesse social, como casas de acolhimento e a Aldeia Indígena Mata Verde Bonita, contribuindo com a segurança alimentar de cerca de 1.900 pessoas.

A iniciativa, uma colaboração com a Secretaria de Agricultura do município, também oferece capacitação presencial e à distância, mudas, sementes e livros.

Em outra frente, o projeto Horta Em Casa Maricá, parceria entre a Cooperar e

o Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTIM), oferece assistência técnica gratuita para quem produz ou queira produzir alimentos saudáveis. Essa ajuda é gratuita e feita através de visitas técnicas na casa dos moradores.

Além disso, o projeto está mapeando e levantando informações inéditas sobre a produção local. Com isso, sabem-se quantos produtores e produtoras existem, os tipos de alimentos produzidos e o quanto se produz para consumo próprio ou venda de excedentes. Esses dados ajudam na construção de políticas públicas para o cultivo de alimentos sem agrotóxicos no município.



HORTA EM CASA

★★ MARICÁ ★★

OFERECE ASSISTÊNCIA TÉCNICA GRATUITA
PARA QUEM PRODUZ OU QUEIRA PRODUZIR
ALIMENTOS SAUDÁVEIS



Cooperar



Raquel Miranda



Cooperar

MEIO AMBIENTE

DESCASO EM PEDRA DE GUARATIBA

Um legado “Santo” virará um INFERNO

A construção de um condomínio em uma área de preservação ambiental

Thomaz Silva/ABr



Danielle Nunes Rosa de Oliveira

Em 2023, a JoEm 2023, a Jornada Mundial da Juventude que seria realizada em Pedra de Guaratiba completou uma década. O evento religioso traria o Papa Francisco para a Zona Oeste do Rio de Janeiro. A cerimônia precisou ser transferida para a praia de Copacabana devido às chuvas que alagaram o local. Um problema visível que foi ignorado.

O Papa, após saber do acontecido, escreveu uma carta para o prefeito Eduardo Paes pedindo atenção especial com a região. Em novembro de 2012 o lugar foi até mesmo apelidado de terra prometida. Hoje, os problemas se intensificaram.

O progresso não chegou. Alguns lugares conseguiram saneamento básico, mas outros não. Recentemente, o local recebeu um evento musical e novamente foi alagado pela chuva. Houve flagrantes até mesmo de maus tratos a animais.

“Quer fazer um ótimo investimento?” Promete a página do loteamento “Parque Guará” da construtora Vila Mar. O apelido da região mudou. Passou a ser chamada de “Vira Mar”, por causa da lama. Não será bom para a fauna local e nem para os possíveis novos moradores, que terão que conviver com o eterno problema da umidade deteriorando o patrimônio.

RACISMO AMBIENTAL

VOCÊ SABE O QUE É ISSO?

Leonara Santiago

O termo Racismo Ambiental surgiu no ano de 1981, criado por Benjamin Chavis, ativista dos direitos humanos e se refere a maneira como as comunidades periféricas ou compostas por minorias étnicas são sistematicamente expostas a riscos e violações ambientais. Isso pode incluir a poluição do ar e da água, a presença de resíduos perigosos e a falta de acesso a recursos naturais.

Ele se faz muito presente em nosso cotidiano, principalmente na construção das fábricas e usinas siderúrgicas. É muito mais difícil você encontrar um aterro sanitário em uma área nobre da cidade, cercada por prédios, construções luxuosas, pessoas de alto poder aquisitivo. As fábricas com emissores nocivos ao meio ambiente são sempre colocadas para as áreas mais pobres, com pessoas em vulnerabilidade social e socioeconômica, onde as regiões de moradia são mais suscetíveis a enchentes, impactos ambientais (causados pelas fortes chuvas na região).

Para combater essas ações, é importante que a sociedade como um todo reconheça essas práticas como uma forma de injustiça e discriminação. A luta contra o racismo ambiental é uma luta de defesa dos direitos humanos e ambientais!

SABE A AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE OS IMPACTOS DA JMJ?

DEU EM PIZZA!

Os moradores se mobilizaram desde que a “festa” foi anunciada para denunciar os estragos não só ambientais, mas também estruturais que acabaram se confirmando. Há ainda hoje falta d’água e de luz principalmente na época do verão. O transporte público não atende a população atual. Imaginem tudo isso aumentando?

Na época, a moradora Francidélia Lima Gomes em uma audiência pública re-

alizada na Arena Chacrinha disse para a repórter: “O que estamos assistindo é a degradação de Guaratiba. Desde a implantação do BRT, que eles destruíram a reserva dos Tambaquis. Agora, com a Jornada, os mangues estão sendo aterrados. Quando chove aqui, nós ficamos alagados. Se chover durante a Jornada, os peregrinos vão ficar no esgoto. Ninguém nos perguntou se estávamos preparados para receber esse evento e posso afirmar que não estamos.”

Muita gente se comoveu com a história da capivara filó, ela foi retirada da pessoa que a “adotou” desde filhote. O homem não deveria ter feito isso, cometeu um crime ambiental. Acha justo que as “primas” da Filó e outros animais percam a sua casa? Pessoas também terão suas residências destruídas por lama e enchentes como acontece no Jardim Maravilha. Vamos propor árvores ao invés de casas? Topa?

TRANSPORTE

BRT DA ZONA OESTE EM CHEQUE

Prefeitura promete bilhões para transporte da Zona Oeste. VAMOS COBRAR!

Planejamento erra ao não incluir a realidade socioeconômica da região

Yanny Chrystyan

A imprensa do NPC esteve presente na cerimônia de anúncio de investimento de R\$ 2,6 bilhões em mobilidade urbana no Rio que aconteceu no dia 10 de agosto, na quadra do Campo Grande Futebol Clube, no bairro de Campo Grande, na Zona Oeste. No pacote da parceria entre Governo Federal e a prefeitura do Rio de Janeiro, estão: R\$ 1,8 bilhões para a recuperação do BRT TransOeste e compra de 700 novos carros e R\$ 820 milhões para a construção do Anel Viário e do BRT TransOeste.

As duas obras prometem melhorar a locomoção para Campo Grande e dentro do bairro. O anel viário vai desde um mergulhão sob a Avenida Cesário de Melo, o Morro Luiz Bom, a Rua Arthur Rios e a Estrada da Caroba. Mesmo sendo tratado como uma grande vitória pela imprensa e, principalmente pelo prefeito das remoções (Paes), a obra não respeita a biodiversidade do Bairro, não contou com estudo prévio de impacto e nem respeita os moradores, que receberam a ordem de despejo sem justificativas ou garantias. Os novos BRTs da TransOeste nem chegaram e já estão 10 meses atrasados em relação aos veículos dos trechos da TransOlimpica e TransCarioca.

Os moradores afetados pela obra do Anel Viário questionam o anúncio da intervenção no bairro com desapropriações arbitrárias e sem a devida documentação de responsabilidade ambiental do projeto.

Solução x promessa

O prefeito anunciou o investimento bilionário ao lado de representantes no BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, do presidente Lula, do governador Cláudio Castro, e uma lista infinita de vereadores e chefes de secretarias. Mas a promessa de melhoria vai na contramão do que os estudos mostram sobre solução para a mobilidade urbana e desenvolvimento ecológico.

A Zona Oeste carioca tem 1,5 milhão de habitantes, equivalente a quase 27% da população do município do Rio de Janeiro, segundo dados do pesquisador e doutor em urbanismo, Juciano Rodrigues. As obras comemoradas pelos administradores do estado reunidos em Campo Grande incluem viaduto, mergulhão, túnel, ampliação e duplicação de vias. Todos esses projetos não contemplam o deslocamento por transporte coletivo, e, por isso, não respondem à necessidade dos trabalhadores que saem e voltam da ZO para a Barra da Tijuca, Zona Sul e Centro todos os dias.

A prefeitura do Rio, em parceria com o Governo Federal, Estadual e o BNDES, começaram a preparar Campo Grande para melhorar as condições para quem usa transporte individual. Nada ecológico, social, econômico ou preocupado com a classe trabalhadora.

Irresponsabilidade com dinheiro público

Investimento alto sem responsabilidade social é jogar roleta-russa com o dinheiro público.

Em 2014, o Brasil sediou a Copa do Mundo e em 2016 o Rio de Janeiro recebeu as Olimpíadas. Os dois eventos de grande repercussão mundial aconteceram durante o segundo mandato de Eduardo Paes como prefeito da cidade. Com os altos valores disponíveis para a melhoria urbana, ficou a promessa de mundos e fundos para o Transporte Público Carioca. No entanto, Paes deixou de legado apenas um abismo maior ainda de acesso à cidade para os moradores dos bairros afastados do Centro.

Neste período a prefeitura inaugurou o Túnel da Grota Funda e a linha de BRT da TransOeste, com 56km e 74 estações, prometendo ligar Barra da Tijuca a Santa Cruz e Campo Grande.

O trabalhador, principalmente o que vem e volta para a Zona Oeste passaram a ser reféns do que conhecemos hoje como ônibus alimentadores. A promessa de melhorar o trânsito resultou em remoções violentas (como é costume em sua política) na Avenida das Américas e na mudança na maneira de deslocamento dos trabalhadores dos bairros mais populosos da Zona Oeste para a também Zona Oeste, Barra da Tijuca.

Marcos Fabrício



ENTENDA A MUDANÇA

Antes havia ônibus direto do Centro dos bairros da Zona Oeste para a Barra da Tijuca, porém com a vinda do BRT TransOeste, essas linhas foram extintas. A malha do BRT não abrange nem de perto o trajeto de todos os ônibus que a prefeitura eliminou para implantar o BRT e passa adotar a soma do BRT com os ônibus alimentadores como único meio público de locomoção entre os bairros. Obrigando os trabalhadores a usarem o BRT.

A partir dessas escolhas de investimento a prefeitura aumentou o tempo de espera por transportes, diminuiu as opções de deslocamento pela cidade e eliminou pontos de ônibus com proteção na Zona Oeste. Exceto, claro, as estações de BRT que hoje, depois de mais de 7 anos de implementação, estão sucateadas. Um projeto totalmente desconectado com as necessidades dos moradores da região.

Um estudo de 2020 feito pela UFF sobre a adequação do Planejamento e Implementação das Políticas Públicas

de Transporte Coletivo no bairro de Campo Grande através da percepção de satisfação dos usuários dos sistemas de transportes, mostra que desde os anos de 1980 até 2016 “há ineficiência do poder público em atender as necessidades da região.”

Segundo Ana Paula João e Janilson de Souza, doutores em administração pública e desenvolvedores da pesquisa, o planejamento do transporte público coletivo do bairro é desordenado, ineficiente e não atende aos padrões de mobilidade urbana sustentável, uma vez que o tempo gasto para se locomover na cidade é elevado e na maioria das vezes por modais rodoviários.

Os investimentos de Paes continuam não contribuindo para a melhora na vida da classe trabalhadora. Consequência do planejamento que insiste em projetar a cidade para o transporte individual e sem trilhos, além de boicotar linhas de ônibus e colocar no lugar os BRTs. O morador da Zona Oeste perde tempo, dinheiro e saúde em transportes superlotados para atravessar a cidade para trabalhar.

TRANSPORTE

DIREITO AO TRANSPORTE

Do sucateamento à tarifa zero em Maricá

Gastos com deslocamento comoem grande parte do salário

Yago Monteiro e Raquel Miranda

A população da Região Metropolitana do Rio sofre com a precarização do transporte coletivo e com a redução da oferta. O problema se intensificou na pandemia da Covid-19, quando diversas linhas foram extintas ou tiveram o trajeto reduzido.

Mesmo com o avanço da vacinação e retomada das atividades, o que se viu foi o desaparecimento de cada vez mais linhas nas zonas Norte e Oeste da capital e na Baixada Fluminense.

Segundo a plataforma Mobilidados, 49% dos mais de 13 milhões de moradores da Região Metropolitana utilizam transporte coletivo nos seus deslocamentos diários, levando em média 48 minutos entre a residência e o local de trabalho – o pior desempenho entre as regiões metropolitanas analisadas.

Esse é o caso do professor e historiador Mateus Guimarães, ex-morador de Nova Iguaçu que se mudou recentemente para Maricá.

“Na Baixada temos um transporte pago, sem qualidade e que não conecta as regiões. Eu morava a 7km da minha sogra e precisava de dois ônibus para chegar lá. Por mês, eram R\$300 em ônibus e R\$100 em Uber, gastos que não tenho mais por morar em Maricá, onde há tarifa zero no transporte público”, afirmou.

Próxima parada: Maricá

Mas nem todos os municípios da Região Metropolitana estão na mesma situação. Maricá viu sua população crescer 54% nos últimos dez anos, segundo dados do IBGE. Mateus foi um deles. Foi quando o professor teve contato pela primeira vez com o modelo tarifa zero,

sem cobrança de passagem. São 120 ônibus conhecidos como “vermelhinhos” em 39 linhas que circulam por todo o município desde 2021.

O modelo é administrado pela Empresa Pública de Transportes (EPT) e é referência, já que Maricá foi a primeira cidade com mais de 100 mil habitantes do país a aderir à tarifa zero. Também em 2021 surgiram as bicicletas gratuitas compartilhadas, as “vermelhinhas”, com 25 estações e 250 bicicletas pela cidade.

Com essas iniciativas, as famílias da cidade conseguem poupar cerca de 20% da renda mensal.



Tawani Marciano



Raquel Miranda

VOCÊ SE LEMBRA?

Jornadas de Junho de 2013



Batman Pobre

Luisa Souto

No mês de junho de 2013, milhares de pessoas de diferentes lugares do país tomaram as ruas de suas cidades em atos de protesto e rebeldia. Motivados pela bandeira da mobilidade urbana, desafiada pelos recentes anúncios de aumento da tarifa de ônibus, milhares de pessoas responderam ao chamado do Movimento Passe Livre (MPL). Em São Paulo e no Rio de Janeiro, a notícia de que o valor seria reajustado em 20 centavos foi o estopim para que a população fosse para as ruas. Começava ali a movimentação das Jornadas de Junho de 2013.

O impacto do grande número de pessoas presentes e da violência policial usada na repressão aos manifestantes fez com que rapidamente uma sequência de protestos eclodisse em diversas outras cidades e incluindo novas pautas.

As Jornadas de Junho de 2013 mobilizaram uma enorme energia popular. Muito se opina sobre o que aconteceu naquele momento. Para além das diversas análises possíveis, o que vemos cotidianamente, e as matérias deste jornal demonstram, é que a vida urbana continua caótica e precária. E que a revolta contra aquilo que limita nosso direito à cidade ainda é urgente e necessária.



Batman Pobre

INVISIBILIDADE SOCIAL

POPULAÇÃO DE RUA

“Janice gosta de perfume”

Entrevista com Vania Rosa, coordenadora do Fórum Permanente sobre Pessoa Adulta em Situação de Rua na cidade do Rio de Janeiro

Flávia Olaz

Vania Maria de Souza Rosa, 59 anos, conhecida como Vania Rosa, é moradora da baixada fluminense e uma das principais referências sobre a população em situação de rua, no Rio de Janeiro. Ela tem experiência sobre o assunto, também integra os coletivos “Rua Solidária RJ” e “Projeto JUCA”, que atuam de forma solidária na promoção de juntar arte, arrecadar e distribuir donativos. Nesses projetos, ela juntamente com voluntários e voluntárias tentam amenizar o sofrimento vivido por moradores e moradoras em situação de vulnerabilidade. Rosinha, como é carinhosamente chamada pela população de rua, também se tornou parte fundamental e militante dessa causa.

De acordo com Vania, “toda essa galera está nas ruas por questões políticas”. Ela afirma: “cada pessoa tem direito à cidade, de ter dignidade. Isto está na Constituição”.

Na sua opinião, a maioria das pessoas em situação de rua estão concentradas no centro da cidade devido ao acesso aos setores públicos, lanchonetes. É um modo de lutar pela sobrevivência, de as pessoas terem um serviço como a coleta de latinhas, ferro velho, etc.

Perguntada sobre a relação dos moradores e moradoras e seus animais, ela diz que isso ainda pode ser a única coisa que lhes resta. A “condição de rua não tira a essência de cada

um” tanto para o bem quanto para o mal. Lembramos da moradora Janice, que tem a cachorrinha “Domitila”, a Marrom: “A Janice é gente boa, gosta de perfume”.

Assim como ela existem muitas pessoas nesta situação, que perderam suas casas, que não conseguiram pagar aluguel, foram despejadas. O desemprego também é apontado como um dos problemas de estarem nas ruas. A rua é heterogênea. “Janice é uma das pessoas que me garante que eu devo continuar. Quando eu falo da Janice, estou falando de mim, das muitas Vanias e Janices”, lembra.

Da dor à luta

Sua trajetória foi marcada por muitas dificuldades em lidar com sua saúde, mas também de atuar no atendimento a essa população invisibilizada. Ela conta que, a partir de 2018, começou a fazer parte da coordenação do primeiro Fórum Permanente sobre Pessoa Adulta em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro. “É o primeiro espaço de diálogos, de parceiros, de todas as representatividades, reúne ONGS, movimentos sociais, reúne a própria rua, as instituições públicas e privadas, as pessoas que militam, e que são realmente engajadas, querem ver tudo isso se transformar. Esse é o espaço que eu mais amo, sou uma das coordenadoras”, explica.

Movimento Nacional de População em situação de Rua

Vania Rosa chegou a ser integrante do MNPR (Movimento Nacional de População em Situação de Rua). O movimento surge quando pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo sofreram a terrível “chacina na Praça da Sé”, em 2004. “Em 2005, o Lula, acho que no primeiro mandato, eles se reuniram, começaram o pessoal dos movimentos dos catadores, pessoal de Pastoral de Rua, se fortaleceram aqueles sobreviventes. Eram cinco pessoas, fundaram o MNPR”, lembra. Segundo ela, já estão presentes em 27 estados brasileiros.

Rosinha diz que se apaixonou pela luta, que foi conhecer “o que é política pública e direitos humanos. Eu fui entender ouvindo essas pessoas, pessoas que frequentam o Fórum, Núcleo de Direitos Humanos. Ela comenta que “as pessoas é que fazem a diferença, as instituições é que dão as ferramentas, se aquela pessoa não usar, bem, claro, nada acontece”.



“EU NÃO PERMITO NINGUÉM PERTO DE MIM FALAR EM DESÂNIMO, EM IMPOSSIBILIDADES”

Vania Maria de Souza Rosa



Políticas públicas no enfrentamento do problema

Já em 2018, Vania Rosa passa a pensar de forma mais crítica sobre o sistema de políticas públicas, um sistema que resolve, que a ajudou a resolver sua situação, mas que não chega para todas as pessoas as mesmas oportunidades. Perguntada se teria alguma relação com a falta de comuni-

cação, informação, ela responde que tem a ver com a “vontade do poder público”, tem a ver com a “existência humana de quem está vivendo esta situação, ter muita paciência, não perder a esperança porque senão sucumbe”. Ela diz que não permite ninguém perto falar em “desânimo”, “eu não permito ninguém falar das impossibilidades”.

Arte na pandemia: nasce o Coletivo Rua Solidária RJ

Ao longo da conversa ela fala sobre a idealização dos projetos, um deles o JUCA, através da Arte Terapia, exemplo de juntar caquinhos (fazer um mosaico). Pode ser qualquer forma de arte, “que eu acredito como forma de transformação de vida. Começa com a autoestima, questão da saúde mental, terapia ocupacional de verdade, acaba vindo como redução de danos, via

ocupação da mente, das mãos. Aquele tempo não está pensando nas drogas, no álcool, sentindo falta, nem tendo abstinência”.

Ela mobilizou várias pessoas que se engajaram cada um a seu modo. Doações começaram a chegar, cobertores, álcool, luvas, quentinhas, insumos. Não tendo como dar conta de agradecer a todos, surge o Coletivo Rua Solidária RJ. Vania não se mostra contente com a ideia do “novo normal” que tentaram adotar após a pandemia. Para ela muitas coisas não mudaram: “Passei por um umbral nos últimos quatro anos. Escurecido de tanta coisa ruim. Num período tão curto, né? Em tão pouco tempo”.

Ela encerra com uma frase de um livro que ama, O Pequeno Príncipe: “O essencial é invisível aos olhos”.

Confira a matéria completa no site do Núcleo Piratininga de Comunicação.

INVISIBILIDADE SOCIAL

OPINIÃO

A casa é um bem

Os ricos nadando em piscinas e os pobres no asfalto quente

Joseilton Soares



Segundo dados do Ipea, houve um aumento de quase 40% no número de pessoas em situação de rua entre os anos 2019- 2022. A pandemia do covid - 19 é apontada como um agravante.

O capitalismo, sistema político econômico que vivemos, é um produtor de tragédias. A retirada de condições de vida do povo é um meio de produzir tragédias como pessoas em situação de rua. Então, a existência de pessoas em situação de rua é proposital. O aumento da jornada de trabalho, dos preços dos serviços, o desemprego, a remoção de casas, a violência política (armada) pioram as condições de vida do cidadão.

Essa política de Estado impõe uma situação de miséria, obrigando pessoas a se deslocarem para um lugar mais longe e com menor qualidade de vida.

A rua não é casa

A rua não é casa, então não deve ter morador de rua. Quem está nas ruas são pessoas em situação/ imposição de miséria. O que entendemos por casa é um local com condições dignas de sobrevivência. Ba-

sicamente, com acesso à água encanada, esgoto encanado, energia elétrica. Um local que oferece segurança, abrigo dos perigos humanos e da natureza.

Infelizmente ao andar pelas ruas, podemos ver pessoas sentadas ou deitadas no chão. O papelão vira tapete, vira colchão. O plástico pode virar cobertor quando este não há.

Os motivos que podem levar alguém a estar nesta situação são variados. O desemprego é um dos motivos e a falta de condição financeira para que possa comprar uma casa é outro fator grave.

A culpa não é de quem está nas ruas

Os ricos impõem aos pobres a ideia de que o mais forte sobrevive. Então, se você não tem casa, a culpa é sua. É por que você não se esforçou. Isso tudo é uma falsa ideia.

O povo vive sob pressão constante para trabalhar e produzir riqueza, mas então, porque o povo está pobre? Enquanto mais produzimos, menos tempo temos para nos desenvolver como uma classe que vai reclamar seus direitos sociais.

LUTA POR MORADIA

O apagamento do povo no Rio de Janeiro

Enquanto o governador quer construir mais um muro da vergonha para esconder os pobres, movimento luta pelo direito à moradia na região central da cidade

José Ivo Morais

No dia 9 de agosto de 2023, um ato de perversidade do atual governador do Rio de Janeiro gerou revolta em muitas pessoas. Claudio Castro anunciou que vai colocar um muro de 30 centímetros de espessura no trecho que vai da Ilha do Governador até o acesso à Rodovia Presidente Dutra, já na Baixada Fluminense, para esconder as comunidades do entorno, como o Conjunto de Favelas da Maré e, assim, dar mais conforto a quem vai pegar um voo no Galeão ou passar um fim de semana na serra.

A decisão de esconder o povo periférico e que mora em favelas não é novidade no Rio de Janeiro. Em 2016, um muro da vergonha semelhante foi erguido entre a Linha Vermelha e a Maré.

Mas não é só o gover-

nador que faz maldade no Rio de Janeiro. O prefeito Eduardo Paes não fica atrás. A população do Centro do Rio que o diga. São eles que resistem bravamente aos projetos de expulsão do povo que ali vive e produz.

A compra do edifício A Noite, que fica na Praça Mauá, pela prefeitura, por 29 milhões de reais, é um exemplo. O prédio será destinado à iniciativa privada. Nada de novo. Já vimos antes como o atual prefeito tratou ambulantes e fez as remoções na sua gestão anterior.

O projeto Reviver Centro e o Porto Maravilha têm a mesma finalidade de apagamento da população que está no grande centro que teve o projeto de Pereira Passos na primeira década dos anos 1900.

A Frente Internacionalista dos Sem Teto (FIST) tem lutado para garantir aos

sem teto seus direitos. A Fist reivindica que seja cumprida a lei e que os prédios onde estão as ocupações Marielle Franco, João Cândido, Anyky Lima, Luiz Carlos Prestes, Frei Tito e Frei Lency sejam desapropriados para cumprir sua função social. A Fist ainda reivindica ao governo do estado a concessão real de uso para as ocupações Benjamin Filho, Luiz Gama, Carlos Lamarca, Antonio Louro, Tiradentes e Aldeia Maracanã, demarcação pela Funai ou concessão de uso pelo estado!

- Não precisamos de novos conjuntos habitacionais sem mobilidade urbana.
- Nas ocupações há vários projetos sociais como doação de roupas e alimentos, curso de alfabetização, cultura e arte.
- Precisamos de uma reforma urbana que seja feita de baixo para cima para diminuir as desigualdades pelas mãos dos sem teto que conhecem bem a cidade!



CRIANÇA E ADOLESCENTE

CIDADANIA

Ajude a escolher os Conselheiros Tutelares da sua cidade!

No dia 1º de outubro, toda a população brasileira poderá participar do Processo de Escolha para Conselheiros Tutelares de sua cidade. A participação de todos é muito importante!

Julia Couto e Caio Bellandi

A cada quatro anos votamos para eleger nossos representantes na política de forma obrigatória: vereadores, deputados, senadores, governadores e presidente. A cada dois anos votamos pelo menos uma vez, seja para definir representantes da cidade ou do estado e do país. Eventualmente também somos convidados a participar de outros processos de escolha não obrigatórios, como plebiscitos e referendos. Talvez você se lembre da votação de 2010 sobre proibir ou não o comércio de armas de fogo e munição no país, em que venceu o “não”, decidindo por manter esses itens à venda no Brasil.

Em 1º de Outubro de 2023 toda a população brasileira poderá participar do Processo de Escolha para Conselheiros Tutelares de sua cidade. Mesmo não sendo uma votação obrigatória, é muito importante a participação de todos.

Mentiras, medo e desinformação prejudicam trabalho

Um dos graves problemas que os conselheiros tutelares enfrentam é a desinformação. A educadora Patrícia Félix, conselheira tutelar mais votada da história do Rio de Janeiro em 2019 que exerce o cargo na Zona Sul, explica que são vários mitos espalhados sobre a função. Nem todo mundo sabe o que esses profissionais podem e o que não podem fazer.

Para Patrícia, essas mentiras fazem o conselheiro tutelar ser considerado um “bicho-papão” para crianças e adolescentes. “Há relatos de crianças pularem da janela com a chegada de um conselheiro tutelar, por exemplo. No imaginário das pessoas, é um órgão que só serve para punir, mas não é assim”, diz Patrícia.

Outra informação errada apontada é a questão da abordagem social com a população de rua.

“Os conselheiros colhem informações e cobram para que as famílias sejam incluídas nos cadastros de programas sociais. Muita gente acha e espalha que nós tiramos da rua, e não é assim”.

Outro problema

relatado pelos conselheiros é a falta de investimento no órgão. Pela recomendação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), o Brasil precisa ter um Conselho Tutelar para cada 100 mil habitantes. Dessa forma, o município do Rio de Janeiro deveria ter 64, mas só tem 19. Do outro lado da Baía, Niterói deveria ter 5 Conselhos Tutelares, mas só tem 3, mesmo que a criação dos novos conselhos tenha sido prevista no Plano Plurianual 2022-2025.

Segundo Patrícia, a sociedade precisa participar da votação para ter mais informações e cobrar o bom funcionamento do órgão. “O Conselho Tutelar é um órgão garantidor, e isso precisa ser explicado. Não tira a guarda das crianças, por exemplo. A perda do poder familiar é uma decisão do juiz, o conselheiro tutelar não determina isso, não tem poder na lei para isso”, explica.

Para isso mudar, é necessário que as pessoas participem mais,

e a votação é a porta de entrada. “É um órgão forte dentro na letra da lei, bem posicionado, bem esclarecido, mas que não funciona tão bem na prática. E isso só vai acontecer realmente quando todo mundo participar”, finaliza a conselheira.

Eleição



Thomas Silva/Agência Brasil

COMO PARTICIPAR DO PROCESSO DE ESCOLHA?

Consulte sua situação eleitoral no site do TSE: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/titulo-e-local-de-votacao/copy_of_consulta-por-nome

1. Se estiver com a situação eleitoral regular, consulte as informações sobre o processo de escolha em sua cidade, junto ao Conselho Municipal de Direitos de Crianças e Adolescentes.
2. Caso você não conheça o CMDCA da sua cidade, pesquise na internet por CMDCA + Nome da sua cidade.
3. Consulte em qual local estará localizada sua zona eleitoral.
4. **ATENÇÃO! O local de votação do processo de escolha de conselheiros tutelares pode não ser o mesmo local em que você costuma votar nas eleições.**
5. Informe-se também sobre os candidatos que estão concorrendo. Ao escolher seu candidato, anote e guarde seu número.
6. No dia 1º de Outubro, compareça ao seu local de votação com um documento oficial com foto.

Os Conselheiros Tutelares são os profissionais responsáveis por atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade nas cidades, podendo oferecer orientações, apoio e acompanhamento quando necessário. É muito comum associar os conselheiros a situações de abuso e violência, mas esses profissionais também podem apoiar as famílias e crianças na realização de matrículas de escola, em encaminhamentos para programas municipais de assistência e solicitar pedidos de atendimento médico especializado.